

## O SISTEMA DE COTAS NA UFPE SOB O OLHAR DOS/AS ESTUDANTES COTISTAS NEGROS/AS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Alexsandra Cosme da Silva<sup>1</sup>  
Daniela Maria Ferreira<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho visa discutir o acesso da população negra nas instituições federais de ensino superior no Brasil. O seu principal objetivo é compreender as concepções dos/as estudantes cotistas negros/as do curso de Pedagogia da UFPE sobre o processo de ingresso dos negros à universidade. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e os dados obtidos foram analisados a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Os resultados apontam que a maioria dos estudantes Cotistas é contrária às Cotas Raciais e que 50% dos estudantes ingressantes no 1º período /manhã do curso de pedagogia em menos de um ano já desistiram da vaga obtida na instituição.

**Palavras-chaves:** Política de Ação Afirmativa/ Cotas; Acesso à universidade; População Negra.

### 1. INTRODUÇÃO

A partir dos anos 90, a sociedade brasileira passou a vivenciar uma efervescência de discussões em torno do acesso da população negra nas universidades públicas, reconhecendo as desigualdades existentes no acesso à mesma, e ao sistema educacional brasileiro de forma geral. Segundo Valente et al., (1994), essa é uma das questões mais graves e ainda pendentes da nossa sociedade. Não é novidade para ninguém que a população negra possui uma histórica trajetória de exclusão na educação formal brasileira. Resquícios de séculos de escravidão que, segundo o autor, mesmo após a abolição da escravatura, perdura até os dias atuais.

---

<sup>1</sup> Concluinte do Curso de Pedagogia ó Centro de Educação ó UFPE. E-mail: cosme.alexandra@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Departamento de ó Centro de Educação ó UFPE

De acordo com Domingues (2002, p.168), na tentativa de solucionar as desigualdades sociais e raciais criadas na nossa sociedade, é que as Políticas de Ação Afirmativa vêm sendo experimentadas no Brasil. Para Guimarães (1999) trata-se de um programa de políticas públicas ordenado pelo executivo ou pelo legislativo, ou implementado por empresas privadas, para garantir a ascensão de minorias étnicas, raciais e sexuais. (p.154).

Em 2003, tivemos as primeiras instituições de ensino superior a adotar as Cotas, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), reservando 40% das vagas para alunos negros e a Universidade de Brasília (UnB). Porém, a Universidade Federal de Pernambuco só passou a utilizar a Política de Ação Afirmativa/Cotas, no ano de 2013, com a implementação da Lei 12.711/12, que tornou constitucional as reservas de vagas nas instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação.

Nesse sentido, a relevância dessa pesquisa se dá na utilização de um fator inédito no processo de seleção de estudantes na UFPE: a entrada de estudantes cotistas nessa instituição. Ao investigar, na Universidade Federal de Pernambuco, esse momento histórico de implementação das Cotas, este trabalho se propõe, mais precisamente, a fazer um recorte para a questão racial presente na Política de Ação Afirmativa/ Cotas adotada. Realizamos, assim, entrevistas com estudantes que se autodeclararam negros/as no vestibular 2013, no curso de pedagogia da 1ª entrada, sobre suas concepções a respeito dessa nova modalidade de acesso ao ensino superior. Compreendíamos a importância fundamental que esses sujeitos terão para a mudança educacional que se preconiza, ao ocuparem esses espaços de poder.

O interesse pela realização desse trabalho decorre de experiências vividas durante o ingresso no curso de pedagogia da UFPE. No momento do resultado de aprovação, na instituição, obtido através do sistema de seleção do vestibular, me deparei com as seguintes falas e indagações realizadas por terceiros, na tentativa de explicar as razões pelas quais fora possível o meu acesso a esse determinado espaço: "Entrou pelas cotas, não foi?", "Olha aí, apesar de pobre ganhou a oportunidade de ingressar na Universidade", e até mesmo, "Também... com um empurrãozinho até eu!".

Essas falas acima causaram-me inquietações, que busquei compreender, ao longo

da minha formação acadêmica. É a partir dessa experiência e de vivências em palestras, círculos de debates, congressos, durante o curso de Pedagogia, que me comprometo a entender o processo de ingresso da população à universidade e, mais precisamente, o acesso da população negra. É, então, nesse espaço de produção de saberes, que busco tais compreensões, travando com o mesmo não apenas uma relação acadêmica, no sentido estrito do termo, mas, declaradamente uma posição política.

## **2. OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral**

- ✓ Compreender as concepções dos/as estudantes cotistas negros/as do curso de Pedagogia da UFPE sobre a Política de Ação Afirmativa/ Cotas implementada na universidade.

### **Objetivos Específicos**

- ✓ Identificar como a Lei nº 12.711/12 está sendo implementada na UFPE;
- ✓ Analisar as compreensões dos estudantes cotistas sobre o acesso à UFPE através do sistema de cotas.

## **3. MARCO TEÓRICO**

### **3.1 A população negra e o ensino superior no Brasil**

*“Que educação devem  
receber essas crianças que se tornarão  
os futuros cidadãos do Império?”*

O questionamento acima foi realizado por Perdigão Malheiros (apud FONSECA,

2001, p.12) e faz parte das primeiras discussões realizadas na sociedade brasileira, nos anos 1850 a 1888, época anterior ao fim da escravidão, sobre que tipo de educação seria ofertada aos negros. No país, vigorava uma determinação legal que negou, durante muito tempo, o direito à instrução da leitura e escrita para essa população. É o que mostra o relatório de 1836 do presidente da província do Rio de Janeiro, onde consta que,

A escola deveria ser administrada por um pedagogo encarregado ao mesmo tempo de ensinar a ler, escrever e contar as quatro operações, os escravos não poderão ser admitidos ainda que seus senhores se queiram obrigar pela despesa. (MOACIR *apud* FONSECA, 2001, p. 29)

A população negra, historicamente, foi excluída. Isso fica ainda mais evidente se observarmos o estabelecido na reforma do ensino de 1837 nesta mesma província: òEram proibidos de frequentar a escola: os que sofressem de moléstias contagiosas e os escravos e os pretos africanos, ainda que livres e libertos.ö (Idem p, 29).

Quando a educação formal deixou de ser uma ameaça e passou a ser considerada uma necessidade indispensável a ser ofertada aos negros, Fonseca (2001, p. 34), nos alerta que o que surgiu, nesse momento, foram uma consciência e atitude de não tornar a educação um bem acessível aos indivíduos oriundos do cativeiro. O que se instituiu, nessa época, foi a construção da determinação para incluir os ex-escravizados e seus descendentes, de forma absolutamente marginalizada na sociedade, organizada a partir do trabalho livre, dando-lhes assim, apenas instruções necessárias para o bom andamento de suas atividades.

O processo de inclusão social da população negra, no Brasil, após a abolição, foi excludente em todos os seus sentidos. De acordo com Valente (1994), a história parece querer apagar esse passado que colocou negros e negras na condição sub-humana de desigualdade.

Mesmo após mais de 125 anos do fim da escravidão, ainda se vive os resquícios desse processo. Segundo Garcia (2007), os negros e as negras do Brasil tiveram a sua identidade fragmentada e sua história negada. Para a autora, òo processo perverso de inserção social proporcionou a negação do ser negro/a e a não concepção do seu direito de acesso aos diferentes espaços como a universidadeö. (p.55). Valente (1994) aponta a falácia política da democracia racial no nosso país, pois para ele,

Fala-se muito de uma perfeita democracia racial no Brasil, quando na verdade o preconceito, a segregação e a perseguição racial são crimes em nossa sociedade [...], mantendo os/as negros/as vítimas do racismo brasileiro e condenados a condições inferiores na educação, saúde e trabalho (1994, p.223)

Logo, é evidente que não vivemos uma democracia racial. Vargas (2008), em suas pesquisas, aponta dados que demonstram que o número de estudantes negros/as que chegam à universidade é extremamente reduzido, e a maneira pela qual ingressam ocorre sob condições adversas. Concordando com ela, Silva (2006) nos diz que õos que conseguem passar pelo estreito gargalo que caracteriza o processo seletivo de ingresso nas universidades publicas brasileiras e chegam aos graus mais elevados de ensino no Brasil são poucos.õ (p. 124).

Mas, esse fenômeno acontece, também, porque a universidade, de acordo com Braga & Lopes (2007),

Configurou-se como um espaço de reprodução, ampliação e institucionalização do racismo. Servindo, assim, como um importante elemento na estruturação, preservação e atualização de um padrão de relações, hierarquizada, discriminatória e excludente. Um espaço de formação de profissionais nessa sociedade que, historicamente insistiu em valorizar um único componente civilizatório ó simultaneamente, branco, masculino e heterossexual (2007, p.18)

Dados atuais comprovam que esse espaço público é composto, em sua maioria, pela elite branca do nosso país. Segundo o último Censo do IBGE (BRASIL, 2010), 51% da população brasileira é constituída por autodeclarados negros, e dentre a população geral de formados em nível superior no Brasil apenas 16,7%, de acordo com o MEC, são negros, pardos e índios. O que evidencia a urgência em transformar essa realidade de exclusão dessa população nesse nível de escolaridade. Buscaram-se meios de garantir aos negros marginalizados da sociedade o que lhes é de direito, o acesso e a permanência nas universidades, logo, uma das ações para compensar as desigualdades sociais e raciais existentes foram as Políticas de Ação Afirmativa/ Cotas nas universidades.

### **3.2 Políticas de Ação Afirmativa/Cotas e o ingresso da população negra nas universidades públicas brasileiras**

A desigualdade socioeconômica no Brasil é um dos principais fatores de exclusão social, mas outro fator é a desigualdade racial, que acirra, ainda mais, as desigualdades.

Não é possível colocar dois homens competindo numa mesma corrida de velocidade se um deles tivesse ficado acorrentado durante anos, e ainda acreditar que ambos teriam as mesmas chances de vencer a prova. (Lyndon Johnson *apud* SILVA, 2002, p. 9)

Na tentativa de diminuir essas diferenças, surgem as Políticas de Ação Afirmativa/ Cotas. Silvério (2002) explica que as Políticas de Ação Afirmativa são medidas que tem como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação dessa população nas diferentes esferas sociais. (p. 231). Essas Políticas fazem parte de uma iniciativa essencial de promoção da igualdade. Sua origem está nos Estados Unidos, nos anos 60, e trata-se de uma conquista do Movimento Negro do país, após décadas de lutas pelos seus direitos civis. (p.7)

No Brasil, as lutas do Movimento Negro foram experiências políticas fundamentais para o encaminhamento dos programas de ações afirmativas atuais e para a visibilidade dos problemas referentes à ascensão social das populações negras. (Garcia, 2007, p.35).

Dentre as Políticas de Ação Afirmativa existentes no Brasil, as Cotas nas Universidades vêm sendo alvo de inúmeras críticas e polêmicas. De acordo com Brandão (2005), o sistema de Cotas ainda está longe de gerar consenso, pois inúmeros são os discursos contrários que já se perpetuaram no imaginário social do povo, servindo aos interesses políticos e econômicos daqueles que não reconhecem que essas são medidas que visam o reconhecimento da dívida histórica com a população negra, uma forma de reparação por séculos de exclusão sofrida.

Henriques (2011) não só concorda com a necessidade da adoção das Cotas como também afirma que "devem-se adotar reservas de vagas, cotas, para negros, pois o pertencimento racial tem importância significativa na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil" (p.03). Já de acordo com Garcia *apud* Menin et al. (2008), a Política de Cotas é específica para o público negro, pardo e indígena, tendo como principal motivador o alcance da igualdade real entre negros e brancos. A desigualdade existente em nossa sociedade pode ser visualizada nos dados de pesquisa do IPEA (2007. p

284), que aponta que o ingresso de um branco à universidade é três vezes maior se comparado a um negro.

Diante da desigualdade de acesso entre estudantes de escolas públicas e escolas particulares, a UFPE adotava um percentual de 10% de reservas de vagas para estudantes que comprovassem ter cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Mas, só com o surgimento da Lei nº 12.711/12 passou a adotar as Cotas no seu vestibular, em 2013. Essa Lei determina que,

Art.1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, Lei nº 12.711/12).

A Lei também em seu parágrafo único determina que o preenchimento das vagas de que trata o Art.1º, 50% deverão ser reservados aos estudantes oriundos de família com renda igual ou inferior a 1,5 salário- mínimo e meio per capita. (idem, Lei nº 12.711/12).

As universidades e instituições federais terão quatro anos para implantar progressivamente o percentual de reservas de vagas estabelecido na Lei. Mas, para o ano de 2013, a Lei já determinava que fosse adotada a reserva de no mínimo 25% ou 12,5% do total de vagas disponíveis em cada curso e turno aos Cotistas.

No que diz respeito às discussões raciais, dispõe as seguintes condições,

Art. 3º. Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art.1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

A Política de Cotas implementada era, portanto, para estudantes de escolas públicas, combinando o critério socioeconômico com o critério racial ou étnico.

#### **4. METODOLOGIA**

O contato inicial com os estudantes ocorreu por meio do preenchimento de um questionário geral para as turmas da primeira entrada manhã e noite, de modo que fosse possível identificar os estudantes cotistas. Logo após os mesmos declararem ser ingressantes que optaram pela Política de Cotas, se autodeclaram pretos ou pardos e assinarem o termo de aceite para a realização dessa pesquisa, fora possível realizar as entrevistas. Dessa forma, o presente trabalho utilizou como fontes de coleta de dados o questionário e a entrevista semi-estruturada.

As entrevistas foram realizadas para compreender as concepções dos/as estudantes negros/as cotistas ingressantes no curso de pedagogia da UFPE sobre a Política de Ação Afirmativa/ Cotas na universidade. Entre as modalidades da entrevista, esse trabalho se articulou com a entrevista semiestruturada, pois nessa modalidade, ãos entrevistados abordam livremente o tema proposto, e o pesquisador pode realizar a entrevista seguindo um roteiro de perguntas previamente formuladas. (Minayo, 2010, p. 58), necessitando, ao mesmo tempo, tanto da obtenção de informações que pudessem ser comparadas entre si, quanto de assegurar uma relação de liberdade, de proximidade com os entrevistados. Assim, a pesquisa seguiu com a flexibilidade necessária para que os entrevistados falassem livremente.

Como meio de registro, necessitamos do auxílio de um gravador, para o registro das respostas que posteriormente foram transcritas. Como procedimento de análise de dados, fizemos uso da Análise de Conteúdo. Bardin (1977, p.38) afirma que ãa análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Desta forma, podemos inferir que uma das características definidoras da análise de conteúdo são as inferências, que têm como ponto de partida a mensagem, ou seja, o nosso objetivo foi analisar o que foi dito, e produzir inferências sobre elas. Ainda segundo a autora (Ibidem) a análise de conteúdo é caracterizada basicamente por: pré-análise, categorização e inferência.

## **5. CATEGORIAS DE ANÁLISE**

Este trabalho foi dividido em cinco categorias, no intuito de compreender as concepções dos estudantes cotistas sobre as questões que permeiam a Política de Ação Afirmativa/ Cotas na universidade.

A primeira categoria é o processo seletivo para acesso à universidade. Nessa categoria buscou-se verificar as falas que evidenciavam as compreensões sobre o processo seletivo - vestibular, a forma de avaliar os ingressantes e as dificuldades no ingresso no ensino superior público.

A segunda categoria trata das concepções dos mesmos sobre a universidade e seu acesso à UFPE. Essa categoria visou compreender as ideias dos sujeitos da pesquisa sobre a universidade, sobre o que representa na sua vida aquele o acesso e seus objetivos.

Em seguida, temos a categoria Política de Cotas para o acesso à universidade, que vem no intuito de visualizar como os estudantes classificam tal Política, os aspectos positivos e negativos das Cotas.

A quarta categoria visa compreender as concepções dos estudantes sobre Cor/Etnia. Na busca pelo reconhecimento identitário, pela relação que fazem entre o pertencimento étnico-racial e as Cotas, assim como, o requisito adotado na Lei 12.711/12 de autodeclaração racial e suas opiniões sobre a reserva de vagas por cor.

E, por último, mas, não menos importante, elenca como categoria a discriminação. Nessa categoria, buscou-se obter informações sobre se os estudantes compreendem as Cotas como um meio de evidenciar, potencializar a discriminação, o preconceito e o racismo social.

## **6. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Com base nos resultados obtidos na verificação sobre como a UFPE adotou a Política de Cotas no seu processo seletivo de 2013, constatamos que no ano vigente da Lei nº. 12. 711/ 12 reservou, em cada turno, o percentual de 16% do total de vagas disponibilizadas para o curso de pedagogia (Ver anexo, tabela 1). Ou seja, das 50 vagas disponibilizadas no turno da manhã, 42 vagas foram disponibilizadas para a livre concorrência e 8 vagas reservadas para Cotas, e o mesmo ocorreu no curso noturno. Assim,

totalizamos o ingresso de 16 estudantes cotistas. Porém, 4 dos ingressantes no turno na manhã da 1ª entrada se encontram desvinculados, 2 estudantes do turno da noite rejeitaram participar dessa pesquisa e dois se autodeclararam brancos. Dessa forma, contamos com a participação de 8 sujeitos nessa pesquisa. Para identificá-los ao longo desse trabalho, usaremos a letra inicial de seus respectivos nomes.

Na primeira categoria, ao analisarmos as concepções desses estudantes sobre o vestibular (Ver anexo, tabela 4), verificamos que 5/8 estudantes (A, R, F, T e J) acreditam que o processo seletivo para ingresso nas universidades faz parte de um sistema justo de avaliação:

É um processo justo. Eu acho que não há privilégios, ingressam aqueles que tenham estudado um pouco mais de assuntos. (T)

Eu acho uma forma bem interessante [ o vestibular], acho que o problema mesmo está na educação pública. Mas a forma de ingressar na universidade é uma forma justa. O Vestibular tá ok! (A)

Porém, Pacheco (2007) nos adverte que numa avaliação justa, cada indivíduo seria julgado por um conjunto coerente de critérios, que não desprezasse o conjunto de sua experiência social anterior relativa à situação familiar e à criação recebida na infância. Mas, os escores de testes, normalmente, são afetados pela qualidade do ensino que os candidatos receberam, pelo conhecimento das melhores estratégias para se submeter a testes padronizados fornecidos pelas escolas preparatórias (nossos cursinhos) (p.19).

Diante disso, buscamos compreender quem são esses sujeitos (Ver anexo, tabela 1), suas experiências sociais, a situação familiar (Ver anexo, tabela 3), e pudemos verificar que todos os estudantes ingressantes através das Cotas estudaram durante toda a Educação Básica em escolas públicas. 2/4 desses estudantes (M, R, E e F) tentaram ingressar na universidade mais de duas vezes e 3/4 dos cotistas (A, R e F) informaram não terem realizado cursinhos preparatórios para o vestibular, porque não tiveram condições de pagar as mensalidades. Também constatamos que 3/5 dos estudantes (A, F e J) não possui histórico em sua família de ingressantes no ensino superior e 2/4 dos estudantes (R e F) apontaram que os pais apenas possuem o Ensino Fundamental. Já em relação ao perfil socioeconômico, constatou-se que a renda familiar per capita de 3/5 desses estudantes pesquisados não ultrapassa o valor de 1,5 salário - mínimo, assim como, 2/4 dos cotistas (A

e J) não trabalham. Visualizamos que a condição de vida desses entrevistados não os permitiu acessar outros espaços de produção de saberes, conhecimentos formais como, por exemplo, cursos de inglês, de espanhol e informática.

Percebemos que, praticamente, os mesmos estudantes que descrevem o vestibular como um sistema de seleção justa, são os que se encontram em situação de maior desigualdade socioeconômica descrita nos dados acima. Em suas falas, é possível compreender que eles acreditam que a seleção para ingresso nas universidades é justa porque, para eles, ela avalia os saberes, mede os conhecimentos dos candidatos que estarão realizando a mesma prova.

Dados levantados sobre esses sujeitos nos apontam como fora construída essa concepção de acesso à universidade, pois ao serem questionados sobre sua criação, a educação formal e não formal recebida na infância, os estudantes (E, F e R) relatam:

Na minha família não era comum ingressar a universidade, era algo muito distante. Até na própria escola não tinha incentivo não, só falavam que se não estudasse ia puxar carroça, mas não que se estudasse ia pra faculdade. (E)

Eu não imaginava entrar não [ na UFPE], na escola os professores diziam que era muito difícil entrar aqui, que só os melhores! (F)

Não esperava entrar numa universidade pública, A própria escola não enfatizava a ideia de ingressarmos na UFPE. (K)

Podemos visualizar nas falas dos estudantes sobre suas experiências na formação básica, na criação familiar, como a universidade era vista e que a escola teve um papel fundamental na construção dessa ideologia do mérito para o acesso à UFPE. Mas, para Brandão (2007), essa concepção faz parte de uma noção abstrata de mérito, escondendo as diferenças sociais e as injustiças acumuladas historicamente. Essa ideologia do mérito corrobora o funcionamento das sociedades capitalistas fundadas sob perspectivas liberais. Concordando com o Autor, Telles (2003), nos esclarece que a concepção da meritocracia, conforme descrita na origem do termo:

É utópica, porque busca recompensar indivíduos com base na inteligência ou nas habilidades cognitivas; e isto não ocorre em lugar algum. A admissão à universidade parece, então, ser muito mais uma meritocracia do que uma meritocracia. A aprovação no vestibular é, na melhor das hipóteses, um teste de mérito muito questionável (TELLES, 2003, p. 287).

Ideologicamente, o Sistema capitalista consegue disseminar o mito da justiça na admissão dos candidatos pelas suas capacidades intelectuais, através de aparelhos ideológicos do Estado. De acordo com Bourdieu (1982), a escola é um deles, ela exerce a função de reproduzir a sociedade burguesa, ou seja, de manter as mesmas relações sociais, legitimando inclusive as desigualdades sociais. Essa propagação atinge ao conjunto dos indivíduos e grupos, mantendo vítimas do mesmo racismo na alienação. (Brandão, 2007, p 38).

Os entrevistados também foram questionados, diante de suas afirmações, sobre o sistema de seleção ser um processo justo, sobre a total integridade do sistema como um processo justo de seleção e a atual implementação das Cotas para acesso de uma determinada população à universidade. Diante disso, podemos problematizar as justificativas dos cotistas (ver anexo, tabela 5):

Eu acho que não tem nada a ver, o vestibular é justo, o problema mesmo está na educação básica pública! (A)

Eu acho justo porque contempla a todos. Apesar das dificuldades na Educação Básica, nas escolas públicas, acho que atende a maioria do público que vai entrando na universidade cada vez mais. (F)

É visto que os estudantes compreendem que o sistema de seleção para ingresso nas universidades é justo com ou sem Cotas. Eles associam a necessidade das Cotas para o ingresso de determinadas populações à má qualidade do ensino público. De acordo com Silva (2002), as concepções dos estudantes coincidem com muitos posicionamentos pseudo-progressistas que têm advogado que a solução para o problema seria investir no ensino público. Mas, isto, de acordo com Pacheco (2007), é negar as desigualdades raciais, pois, supondo-se que os brancos ficassem parados em suas posições atuais, esperando a chegada dos negros, para juntos caminharem em igualdade de condições, para isso a população negra levaria 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos. Uma hipótese, inimaginável, ou melhor, impossível. (p.17).

Os cotistas também justificaram compreender o Vestibular como uma avaliação justa porque, para eles, só os capacitados para ingressar conquistam as vagas nas universidades. Já outros compreendem ser uma avaliação contemplativa, que oferece as mesmas condições de acesso à população, tendo em vista que é um processo que mede as

capacidades intelectuais dos candidatos (Ver anexo, tabela 6). Mas, contrário a essas compreensões, Domingues (p.169), aponta que ãse torna impossível corroborar das mesmas concepções em uma sociedade marcada pelas contradições de classe, gênero e raçaõ.

Mas, essa discussão sobre a seleção para ingresso na universidade não é consenso entre os estudantes, pois 3/8 entrevistados (M, K e E) acreditam que o sistema de seleção para ingresso na universidade é desigual (Ver anexo, tabela 8).

Para esses estudantes, o vestibular é um processo injusto, porque elimina a maioria dos candidatos e é agravado pela má qualidade do ensino básico, que não oportuniza a entrada de muitos estudantes de escolas públicas:

Eu acho que é desigual. Mesmo com as Políticas que estão fazendo. Todo mundo sabe que é uma minoria que tem acesso, muitos que vêm de escolas públicas ficam de fora! (K)

É um método que elimina muita gente. Quem vem de escola pública então... mal entra. (M)

Assim como afirma Barbosa (2000),

O acesso à universidade pública é ultralimitado: a seleção dos alunos se faz através de um exame classificatório (vestibular) no qual são aprovados, em sua maioria esmagadora, apenas os alunos egressos das escolas privadas da elite, que além de terem tido o privilégio de frequentar boas escolas indiretamente subvencionadas pelo poder público, dispõem de recursos financeiros para frequentar cursos específicos de preparação para tal exame de admissão ao curso superior. (2000, p. 401).

Esses estudantes compartilham das mesmas concepções sobre as condições de acesso à universidade. Verificamos que na sua trajetória escolar não tiveram incentivos para acessar a universidade, esses mesmos estudantes demonstram sentir um descontentamento com a universidade:

Eu achava que a universidade fosse um ambiente mais próximo dos estudantes e a gente chega aqui e se depara com outra realidade. Já fiz magistério e sinto falta de um contato maior com os professores, porque aqui é cada um por si. (K)

Já sou formada em uma universidade particular, mas tentei ingressar na UFPE já duas vezes. Já estava desesperançada. (E)

Eu tinha um medo da COVEST, porque prestei vestibular em 88 e não passei. Só voltei a tentar agora. Sei que tem países que nem precisa de vestibular, o jovem já sai do ensino médio e ingressa. (M).

Também podemos perceber que 2/8 dos entrevistados (K e E) que compreendem o vestibular como um processo injusto de seleção, possuem um nível mais elevado de escolaridade que os demais. Também verificamos que 2/8 desses estudantes (E e M) tentaram acessar a UFPE duas vezes, estão na faixa etária acima dos 35 anos, são casadas e possuem filhos.

Buscamos, então, compreender, na segunda categoria de análise dessa pesquisa, como esses estudantes, que acham que o processo de acesso à universidade é desigual, concebem os seus respectivos acessos ao ensino superior (Ver anexo, tabela 7).

Verificamos que, para eles, o acesso à UFPE é considerado como uma realização de um sonho, um grande orgulho, uma demonstração de que os mesmos possuem capacidades, e que suas vagas são uma oportunidade que lhes fora dada, concedida, seja por Deus ou pelos homens:

É um orgulho tanto pra mim como para meus pais. Principalmente por estar na UFPE. (E)

Eu nem acredito que sou eu mesma. Estou me sentindo feliz e disposta a aproveitar esta grande benção na minha vida! (M)

Uma oportunidade que muitos não obtiveram, mas que pretendo valorizar e usufruir da melhor forma. (K)

Fica fácil visualizar o lugar de concessão, de dádiva ou favor visto no acesso à universidade. Para esses estudantes, sem a efetivação da Política de Ação Afirmativa/ Cotas na UFPE, eles não conseguiriam ingressar na mesma. Esses Cotistas são praticamente os mesmos (E e M) que informaram ter tentado duas vezes anteriores o vestibular e não tiveram êxito, assim como ambos possuem idades acima dos 39 anos. Também é visto que, no processo de formação básica, na criação de um desses estudantes (M), o acesso a UFPE aparece baseado na ideologia do mérito. Compreendemos, assim, que o acesso a uma instituição federal de ensino superior assume esse significado porque, mesmo compreendendo que o processo de seleção é injusto, eles buscavam obter essa oportunidade, como eles mesmos apontam.

Ainda nessa categoria, vimos que 3/8 dos entrevistados mencionarem que o significado de seu ingresso fora para obtenção de conhecimento, elevação cultural:

Espero ter uma boa bagagem na universidade, que possa me trazer bons fluidos, tanto do campo profissional como do conhecimento intelectual. (F)

Eu entrei na universidade porque eu queria estudar, em vim pra cá com esse objetivo, obter conhecimento. (J)

Percebemos que 2/3 dos entrevistados (F e J) apontaram nas discussões anteriores que o processo de acesso na universidade é, para eles, justo. Ambos relatam que não tinham estudado muito para poder concorrer às vagas disponibilizadas pela UFPE para a livre concorrência. Eles atribuem o seu acesso à universidade às Cotas. Já a estudante (M), busca uma elevação cultural na universidade para se sentir mais capaz intelectualmente. Ela havia apontado, anteriormente, que o processo de acesso ao ensino superior é desigual, que tentou ingressar na UFPE duas vezes sem obter sucesso, também apontou que o vestibular mede as capacidades dos candidatos e que seu ingresso se deu por uma dádiva de Deus.

Nessa mesma categoria de análise, 4/8 estudantes (M, K, R e E) declararam que o acesso à UFPE trouxe consigo grandes dificuldades em suas vidas e que para permanecer no curso é necessário enfrentar diversas barreiras todos os dias (Ver anexo, tabela 7):

Acho que o curso é muito longo, cansativo, estressante, imagino que vou me formar, mas não sei se vou seguir carreira. (R)

Sinto dificuldades aqui dentro... Se eu tiver viva, espero que Deus me dê paciência. Espero aguentar, fazer das tripas coração, porque é duro tá aqui. O transporte é horrível. Enquanto der pra levar... Não sei como será minha vida acadêmica. (E)

Esses estudantes apontam dificuldades em permanecer na UFPE. A principal delas é o fator econômico, mas também surgem falas sobre as dificuldades em acompanhar os estudos propostos. Todos esses estudantes são oriundos de escolas públicas e apontam compreender que existe uma má qualidade no ensino recebido. 3/8 dos estudantes (M, K e E), havia apontando que o sistema de seleção para acessar a universidade é desigual. Também relataram os descontentamentos com o curso e na análise socioeconômica é visto que a renda familiar per capita desses sujeitos não ultrapassa o valor de um salário-mínimo e meio e a maioria não trabalha. Apenas uma estudante (R), acredita que o acesso à universidade é justo, porque mede as capacidades intelectuais dos sujeitos, espera com o acesso uma vida nova, segundo ela, com mais oportunidades. Na análise socioeconômica é

visto que sua renda familiar é inferior a um salário - mínimo e meio e, ao ser questionada sobre sua permanência na UFPE, ela relata que necessitou recorrer ao auxílio transporte oferecido pela universidade para poder estudar.

Na terceira categoria, os estudantes iniciaram a discussão sobre Cotas nas universidades, realizando uma distinção curiosa sobre Cotas Raciais e Sociais. 7/8 dos estudantes (A, M, K, R, E, T e J) se posicionaram favoráveis às Cotas Sociais (Ver anexo, tabela 7):

Por enquanto, concordo que haja Cotas Sociais, mas minha preferência é que melhorassem o ensino e futuramente não precisasse mais de Cotas para ninguém (A).

Sou a favor das Cotas, mas só para as pessoas de baixa renda. (R)

É visto que alguns estudantes (A, R, T e J) que acham justo o sistema de seleção para ingressar nas universidades também são favoráveis às Cotas Sociais. A maioria acredita que as reservas de vagas vêm para solucionar o problema da má qualidade da educação básica e ajudar aos menos favorecidos economicamente. Já os estudantes M, K e E, que acham o vestibular injusto, são favoráveis às Cotas porque acreditam que elas facilitaram o acesso dos menos favorecidos economicamente (Ver anexo, tabela 9).

O apoio às cotas sociais revela que esses estudantes estão cientes das desigualdades de classe que existem no país. Todos foram estudantes de escolas públicas e em sua maioria possuem uma renda familiar inferior ou igual a um salário-mínimo e meio per capita. Esses estudantes concordam com reservas de vagas nas universidades se forem destinadas a estudantes de escolas públicas, a população de classe média baixa. Para eles, trata-se de uma forma de ajudar, de oportunizar aos menos favorecidos, de facilitação do acesso à universidade (Ver anexo, tabela 10):

Sistema que foi criado para que as pessoas que estejam em situação menos favorecida tenha acesso à universidade. (K)

É bom as Cotas porque a maioria dos alunos que ingressavam eram de escolas particulares, não das escolas públicas. (R)

Eu escolhi Cotas, mas não entendi bem. Eu só achei que seria mais fácil pra ingressar. (M)

A maioria desses estudantes (A, M, K, R, E e J) que concordam e, vale salientar, ingressaram através das Cotas desconhecem as razões pelas quais ocorreu a efetivação da Política de Ação Afirmativa/Cotas na UFPE. Eles também informaram não conhecer a história dessa política.

Apenas um estudante (T) favorável às Cotas sociais, explica as razões pelas quais ocorreu a efetivação da Política de Ação Afirmativa/Cotas na UFPE:

As Cotas são uma forma de compensar a desigualdade racial e social. Existe devido às lutas dos negros no passado e vêm para suprir o que nos [se inclui] foi negado.

Para ele, as Cotas são reflexos das lutas a favor da igualdade social e um reparo histórico pela exclusão educacional que seus antepassados (negros) tiveram e de que os negros são vítimas ainda hoje. Podemos perceber que esse entrevistado (T), é o único que relata que os seus pais possuem ensino superior (Ver anexo, tabela 2). Na análise socioeconômica (Ver anexo, tabela 3), ele é o único que possui renda familiar superior a um salário-mínimo e meio per capita. Esse estudante, ao justificar o porquê é favorável às Cotas (Ver anexo, tabela 11), é um dos que associa as Cotas na universidade a um direito conquistado.

5/7 desses estudantes favoráveis as Cotas sociais (A, K, R, F e J) se colocam contrários às Cotas raciais (Ver anexo, tabela 11). Para eles, a reserva de vagas para negros trata-se de um modo discriminatório de atestar a incapacidade intelectual da população negra:

Cor e Cotas não tem relação alguma, apesar de escutar falar que tem Cotas por ser negra também, acho desnecessário, até porque o negro não quer dizer que é mais esperto ou mais burro que ninguém, a cor não significa nada pra mim. (A)

Não concordo. Eu acho um absurdo, e acho que não deveria existir. Demonstra que o negro não tem capacidade. É colocado num patamar pra facilitar sua vida de ingresso a universidade. Eu acho que o negro é capaz com o branco e o índio. (F)

Domingues (2005) nos esclarece que as Cotas nas universidades são ações que visam promover a igualdade de acesso aos grupos sociais que se encontram em situação de desvantagem. Mas, quando a palavra ãnegroö complementa nominalmente as ações

afirmativas, levantam-se problemas, questões. Para ele (p.167), "As cotas só ofendem sentimentos igualitários quando elas vêm associadas à palavra maldita: negro". Complementando, Silva (2002) nos diz que as Cotas não ferem o sentimento de igualdade ou o pressuposto do mérito, se não tiverem recorte racial. Deixa-se intacto o nó górdio da sociedade brasileira, ou seja, o racismo produtor das desigualdades raciais. Em Domingues (p. 168), é possível compreender que ser contra as Cotas para negros é assim como se contrapor à reforma agrária, é ter uma postura conservadora. É estar do lado da elite imperialista. O fato de haver muitos negros no Brasil que alcançaram certa ascensão social parece provar que o problema não é de ordem racial, mas, sim, inteiramente de cunho social. Podemos compreender, assim, que esses estudantes desconhecem a relação entre autodeclaração de Cor/Etnia e as Políticas de Ação Afirmativa/Cotas. De acordo com Silva (2002), isso ocorre porque se acredita que as reservas de vagas nas universidades federais, levando em consideração a situação socioeconômica dos candidatos, incluem automaticamente alunos negros. Mas, se as ações afirmativas valessem somente para escolas públicas, o percentual de negros na universidade não mudaria. Também verificamos que muitos não acreditam na existência do racismo, portanto, para eles não deveriam existir Cotas raciais, o que nos faz acreditar que paira em suas concepções a crença na democracia racial.

A maioria dos estudantes (A, R, F e J) contrários às Cotas raciais, acreditam que o sistema de seleção para ingresso na universidade é justo. Para eles, o não acesso de parcelas da população é devido à má qualidade da educação básica. Também apontaram que o exame de seleção dos candidatos é justo, porque mede as capacidades intelectuais dos ingressantes. Compreendemos que eles não veem desigualdades raciais no acesso à universidade.

Na quarta categoria, no que diz respeito à autodeclaração do pertencimento étnico-racial (Ver anexo, tabela 12), observamos que, 5/8 dos estudantes Cotistas pesquisados se autodeclararam negros, porém, utilizam essas formas de descrições:

Eu acho que sou negra. (A)

Eu sempre disse pra minha família que me acho negra, isso já veio desde pequena, minhas irmãs brincando que eu fui achada no lixo. (E)

Sou negra por causa da cor da pele e pela família. A família é de mestiços, acho

que é por isso que minha mãe não gosta que eu diga que sou negra. (R)

Considero-me como negro, pela cor e origem. (F)

Pela minha história, me considero negra. (J)

Durante a entrevista ficou evidente que existe um desconhecimento social sobre o que é ser negro, sobre etnia e raça pelos estudantes. A afirmação de suas identidades vinha acompanhada de incertezas, acompanhadas dos verbos achar e considerar-se, tudo isso atrelado a uma considerável insegurança nas autodeclarações.

E, não é por acaso, essa confusão faz parte de um dos argumentos contrários à implementação das Cotas Raciais no Brasil. Segundo posições contrárias às Cotas, não seria possível distinguir, claramente, no Brasil, quem é negro (preto ou pardo) de quem é branco. Mas, é claro que não é possível fazer a distinção, porque, assim como nos afirma Munanga (2006), o conteúdo da raça é social e político. Para esse autor, "Se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas" (p 52). É contraditório que as pessoas o saibam quando se trata de preferir a pessoa negra por pressupostos e características raciais e que ninguém saiba quem é a pessoa negra, quando se trata de resguardá-la dessas manifestações ignóbeis do racismo.

Visualizamos que para a maioria dos estudantes (A, R, F e J) que se autodeclararam negros, o processo de ingresso na universidade é justo porque mede as capacidades intelectuais dos candidatos. Esses mesmos estudantes são contrários às Cotas raciais, porque para eles a reserva de vagas é destinada apenas a estudantes de escolas públicas e pessoas em situação econômica menos favorecida. Compreendemos que esses sujeitos visualizam a desigualdade educacional no país e a associam às desigualdades econômicas existentes, porém não relacionam as desigualdades raciais como um dos determinantes para a exclusão de muitos negros e negras no ensino superior brasileiro.

Logo em seguida, ao serem questionados sobre suas autodeclarações (Ver tabela 13), 4/5 dos estudantes que se classificam como negros apontam o critério cor da pele:

Considero-me negra por causa da cor da pele. (R)

Sou parda, é a cor da minha pele. (K)

As concepções dos entrevistados parece confirmar as indicações de Nogueira

(*apud* Brandão, 2007, p 32), ãa marca fenotípica é um dos elementos fundamentais para a atribuição de cor ou raça no Brasil.ö

Verificamos que os estudantes que se autotransclassificaram negros devido à cor da pele, anteriormente, colocaram-se contrários às Cotas raciais, pois para eles, o sistema de ingresso na universidade é justo porque que mede as capacidades intelectuais dos candidatos. Dessa forma, para eles, reservas de vagas para negros seria atestar que não são capazes intelectualmente. O que nos faz acreditar que, em suas concepções, reaparece a crença na meritocracia social.

Apenas um dos estudantes cotistas (J), que se define negra, e também declara ser contrária às Cotas raciais, por acreditar que a seleção para ingresso nas universidades públicas é justa, porque mede as capacidades intelectuais dos candidatos, não atribui sua etnia à cor da pele:

Eu sou parda, mas pela minha origem familiar eu me considero negra, entendeu? Principalmente por toda a minha trajetória.

Essa mesma dualidade ocorre com um dos estudantes (E) que, durante a entrevista, se autotransclassifica negra. Ela aponta classificar-se negra devido à cor da pele. Também se coloca favorável às Cotas Raciais porque ,segundo ela, o ingresso nas universidades é injusto, porque exclui a maioria dos estudantes de escolas públicas e de classe média baixa que, em sua maioria, são negros. Verificamos que essa estudante declara-se negra na entrevista, mas no questionário se autodeclara Parda:

Eu sempre disse pra minha família que me acho negra, isso já veio desde pequena, minhas irmãs brincando que eu fui achada no lixo. (E)

Domingues (2002), nos alerta que essa ãesquizofreniaö de identificar-se de modos distintos existe, haja vista que os critérios para definir quem é negro não são os marcadores biológicos ou simplesmente a cor de pele. A genética já provou que raça não existe. O critério é, pois, político e ideológico. Negro é quem se assume, quem se identifica como tal; no limite, é todo aquele que abraça a luta antirracista. (p. 173). O meio social assume um significativo papel nessa autotransclassificação, o que pode levar sujeitos a se definirem negros ou negarem as suas origens, sua história.

Além do critério cor da pele, a maioria dos estudantes que se autocalssificaram negros (R, F e J) também associam a etnia/origem/ história para falarem de sua identidade:

Minha família é de mestiços. Minha mãe e sua família são pessoas brancas, e do meu pai são morenos. (R)

Minha família é misturada, brancos e negros. Minha trajetória de vida foi convivendo mais com os negros. (J)

A conclusão importante que podemos retirar é que os entrevistados não deixam de remeter, em medida significativa, à origem familiar. Dessa forma, verificamos mais um critério de autoclassificação racial utilizado por eles para a obtenção das Cotas na UFPE.

Esses dados são relevantes, na medida em que nos dão subsídios para entender o discurso da mestiçagem. Para Guimarães (1999), o mestiço existe em qualquer lugar do mundo; afinal, não existe raça pura. Mas, na história brasileira, ocorreu a construção ideológica da figura do mulato (mestiço, pardo, moreno ou termo que o valha), para amortecer o choque racial. De acordo com Carl Degler (apud Domingues, 2002), fabricou-se uma categoria intermediária, o mulato, que serviria como válvula de escape para a tensão racial. Essa saída teria sido providencial: um ser híbrido, que nunca se define se é negro ou branco. Assim, o discurso ideológico da mestiçagem popularizou-se, de modo que a população brasileira geralmente não se assume racialmente. No entanto, como explica Kabenguele Munanga (1999),

Confundir o fato biológico da mestiçagem brasileira (a miscigenação) e o fato transcultural dos povos envolvidos nessa miscigenação com o processo de identificação e de identidade cuja essência é fundamentalmente político-ideológica, é cometer um erro epistemológico notável. (p. 108).

Na última categoria (Ver anexo, tabela 14), visualizamos que todos os estudantes apontam que há formas de discriminação e/ou desigualdades sociais nas Cotas adotadas pela UFPE:

Uma vez uma professora (da UFPE) até falou na sala, acho que falou contra as Cotas, sobre desigualdades que a Política promove. Aí, ela fez uma pergunta aos alunos. Mas eu pensei: Meu Deus, como eu vou ser contra se entrei por elas? (...) Eu acho que tem discriminação, sim. (M)

Eu nunca sofri, mas vejo que existe um recalque muito grande entre quem é cotista, porque alguns professores ficam criticando a questão das Cotas, dizem que não acha correto, eles nem ao menos leva em consideração que na sala tem pessoas que entraram por meio dessas Cotas. (F)

Apesar dos estudantes visualizarem formas de discriminação resultantes das Cotas, todos declaram nunca terem sofrido preconceito ou discriminação na UFPE. Ao serem questionados, eles justificam as formas de discriminação e desigualdades que visualizam na universidade, (Ver anexo, tabela 15).

Durante a entrevista, 4/8 dos Cotistas (A, K, R e F) se colocaram contrários ao modo de exposição de sua identidade pelo vestibular. Segundo eles, a divulgação de seus respectivos nomes na relação dos candidatos classificados no concurso vestibular 2013 é uma forma de descriminá-los. Afirmando que o olistão dos aprovados divulgado pela COVEST no dia 26 de fevereiro de 2013, os expõe:

Não acho correta a questão da divulgação, porque isso leva a povo a querer menosprezar as pessoas que passaram através das Cotas. E em nenhum momento a universidade perguntou se podia divulgar. (F)

Fiquei surpresa de saber dessa divulgação, porque isso pra mim é discriminação. Não havia necessidade de divulgar no listão os nossos nomes. Assim como expor números de identidade, CPF. (K)

Verificamos que esses estudantes, contrários à divulgação de sua identidade enquanto estudantes ingressantes através da Política de Cotas, são também contrários às Cotas Raciais nas universidades. 3/4 (A, R e F) desses estudantes acreditam que o processo de acesso às universidades é justo porque mede as capacidades intelectuais dos candidatos. Também visualizamos que alguns (K e R) atribuem o acesso à UFPE a uma oportunidade que lhes fora concedida e relatam sentir dificuldades em permanecer no curso. Já os outros estudantes (A e F) buscam com o acesso à universidade, obter conhecimentos e qualificação para o trabalho. Comprendemos que esses estudantes temem sofrer discriminação por terem ingressado na universidade através das Cotas.

Outra forma de discriminação vista na adoção das Cotas na UFPE pelos estudantes, diz respeito às bolsas de permanência universitária oferecidas pela universidade aos estudantes que comprovarem ter baixa renda. 6/8 dos estudantes entrevistados (A, M, E, F, T e J) relataram que esses auxílios poderiam ser destinados aos estudantes cotistas, já

que os mesmos possuem os requisitos necessários para o recebimento dessas bolsas:

O auxílio facilitaria a minha vida acadêmica, mas eu não recebo nenhum. (F)

As bolsas deveriam ser automáticas para os Cotistas, porque sabem que você mora longe, precisa do dinheiro para ficar na universidade e é de baixa renda. (R)

Podemos visualizar na análise socioeconômica (Ver anexo, tabela 3) que a maioria desses estudantes sobrevive com uma renda familiar inferior ou igual a um salário-mínimo e meio per capita. Em seus relatos, durante as entrevistas, apontaram as dificuldades econômicas encontradas para permanecer no curso.

A partir das discussões sobre sua condição socioeconômica, 5/8 estudantes entrevistados (J, R, T, E e M) apontaram a dificuldade educacional em permanecer no curso:

Também sinto dificuldades nas disciplinas. Não tenho tempo e os professores enchem-nos de textos, aí fica difícil! (E)

Vejo dificuldades nos estudos, tem uns professores que pegam um pouquinho pesado nas exigências, né? (J)

4/5 desses estudantes (J, T, E e M) relataram visualizar formas de discriminação pela UFPE contra os Cotistas através da divulgação dos seus nomes na lista dos classificados no vestibular 2013. Também visualizamos que 3/5 cotistas (R, E e J) se autodeclararam negros. Assim como, 3/5 dos estudantes (R, J e T) com dificuldades nos estudos propostos acreditam que o sistema de seleção para ingresso nas universidades é justo porque, segundo eles, mede as capacidades intelectuais dos candidatos. A maioria desses estudantes (M, R, E e J) atribuem o acesso à UFPE através das Cotas como uma ajuda que lhes fora dada, uma opção a mais de ingresso, uma facilitação para que estudantes de escolas públicas e de classe média baixa ingressem nesses espaços. Assim como a maioria que apresenta dificuldades nos estudos apresentou sentir dificuldades econômicas também para continuar o curso.

Segundo Vargas (2011), é necessário visar, com igual ênfase, o final do processo: a conclusão, com êxito, na educação superior. (p.7), pois a literatura bem estabelece a correlação entre condição socioeconômica e escolarização. Segundo o INEP (apud VARGAS, p.7), õsabe-se que õo fator socioeconômico é o que determina mais fortemente o desempenho escolar dos estudantes.õ

Esse é o perfil que representa 2,1 milhões de estudantes que, para serem incluídos no sistema de educação superior dependerão - mais do que da gratuidade - de bolsas de estudo, de trabalho, de monitoria, de extensão, de pesquisa, de restaurantes universitários subsidiados, de moradia estudantil, ou de outras formas que, combinadas a essas, tornem viável a sua permanência no campus, ou seja, todas essas variáveis vêm favorecer a busca por maior escolaridade. (Vargas, 2011, p.3)

Compreendemos que as universidades, como nos diz Pacheco (2007), mais do que quaisquer outras instituições, têm recursos humanos capazes de minimizar as lacunas dos estudantes oriundos das escolas públicas, através de programas de formação complementar. (p. 16).

## **7. CONCLUSÕES**

Esse trabalho compreende que discutir sobre Cotas nas Universidades Públicas Federais brasileiras é falar de um processo que não se instalou de forma indolor na sociedade. Alvo de disputas, tensões e lutas por deslocarem, por sua própria natureza, os centros de poder e direitos. Atualmente, mesmo após as implementações das reservas de vagas nas instituições federais, por meio da regulamentação da Lei nº 12.711/12, ainda abriga os mais intensos debates, porque não basta regulamentar uma Lei e implementá-la.

Verificamos que a UFPE adequou o seu sistema seletivo de 2013 para atender as exigências da Lei citada acima, ao estabelecer uma reserva de 16% do total de suas vagas, por curso e turno, para estudantes de escolas públicas, e dentro desse percentual fez o recorte para o fator econômico e racial.

Em contato com oito daqueles estudantes, nos deparamos com inúmeras questões que precisam de discussões mais aprofundadas, para que medidas sejam efetivamente adotadas pela universidade, pois compreendemos que não basta implementar uma política e acreditar que a inércia cumprirá com os objetivos buscados. Isto é na verdade uma maneira brutal de manter as desigualdades aqui descritas. Entendemos que se faz necessário uma maior problematização ao fato de que 50% dos ingressantes cotistas no turno da manhã se evadiram da universidade. Diante das dificuldades apresentadas pelos estudantes no curso, nos questionamos sobre que tipo de condições de permanência foram garantidas a esses

cotistas?

Outra questão com a qual essa pesquisa se deparou, foi a introjeção desses estudantes da noção abstrata de mérito. É visto que a sociedade capitalista conseguiu disseminar essa ideia e atingir esses indivíduos. Essa alienação na qual esses estudantes estão mergulhados esconde as diferenças sociais e as injustiças acumuladas historicamente pelos seus antepassados. Visualizamos que, mesmo esses estudantes sendo vítimas da meritocracia, da desigualdade étnico-racial, não compreendem a realidade da qual fazem parte. Isso se tornou evidente à medida que esse trabalho percebe que esses estudantes compreendem a implementação das Cotas na Universidade apenas como um reparo socioeconômico à população de classe média baixa, ao mesmo tempo, que negam quase completamente o componente racial presente nas discussões das Políticas de Ação Afirmativa nesse país. Torna-se possível, assim, compreender o lugar de concessão, de dádiva de Deus ou favor ofertado pelos homens que são dados sobre o acesso à UFPE através das Cotas.

Dessa forma, podemos inferir que existe um desconhecimento entre esses estudantes sobre tal Política da qual participam, inclusive podemos visualizar esse desconhecimento em suas falas, quando se posicionam contra as cotas raciais, as mesmas cotas que proporcionaram seu acesso à universidade, tudo isso, atrelado à negação histórica das lutas do Movimento Negro e suas conquistas, no que se refere ao reparo histórico pela exclusão educacional que negros e negras tiveram no passado e de que, hoje, ainda são vítimas.

Mas, considerando que a população negra é a maioria da população pobre em nosso país e que nossa história contém ingredientes fartos de discriminação institucional, reafirmamos que as cotas nas universidades são medidas totalmente pertinentes e necessárias frente a essa desigualdade de acesso à universidade.

## **REFERÊNCIAS**

**BRANDÃO**, André Augusto e **MARINS**, Mani Tebet. **Cotas para negros no Ensino Superior e formas de classificação racial**. Universidade Federal do Rio de Janeiro Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.1, p. 27-45, jan./abr.

**BRANDÃO**, Carlos da Fonseca. **As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?** Campinas. SP: Autores Associados, 2005.

**BOURDIEU**, Pierre; **PASSERON**, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

**CARVALHO**, José Jorge de. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a Questão das Cotas no Ensino Superior**. São Paulo, Attar Editorial, 2005.

**DOMINGUES**, Petrônio. **Espaço Aberto Ações afirmativas para negros no Brasil: no início de uma reparação histórica**\*Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Universidade de São Paulo, Programa de História Social Maio /Jun /Jul /Ago 2005.

\_\_\_\_\_. **Negros na educação** (In: PORTO, Maria do Rosário Silveira et al. (orgs.). Negro, educação e multiculturalismo. São Paulo: Panorama, 2002.

\_\_\_\_\_. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Senac, 2004.

**FONSECA**, Marcus Vinicius. **As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil** in "Negro e Educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro", ANPED e Ação Educativa, 2001.

**GARCIA, Identidade fragmentada: um estado sobre a história do negro na educação brasileira** - 1993-2005. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

**GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

**GOMES, Nilma L. & MARTINS, Aracy A. (orgs.). Alrmando Direitos: Acesso e Permanência de Jovens Negros na Universidade.** Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

**GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. **Racismo e antiracismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **Acesso de negros às universidades públicas.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 118, p. 247-268, mar, 2003.

**HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil,** In Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.) Raça, Ciência e Sociedade, Rio de Janeiro, ed. Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

**HENRIQUES, R. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.** Texto para discussão n. 807. 2001. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-IPEA ó Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: [http://www.iets.org.br/biblioteca/Desigualdade\\_racial\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.iets.org.br/biblioteca/Desigualdade_racial_no_Brasil.pdf). Acesso em: 20 de

janeiro de 2013.

**LEI nº 12.711/12. Dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades públicas do Brasil.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm). Acesso em: 23/3/2006.

**MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

**MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil ó Um ponto de vista em defesa de cotas.** Revista Espaço Acadêmico. Maringá: UEM, ano II, n. 22, mar. 2003a. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **O anti-racismo no Brasil.** In: MUNANGA, K. Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUS, 1996.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. & GOMES, Nilma Lino. **Para Entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos.** São Paulo, Global, 2004.

\_\_\_\_\_. **Algumas considerações sobre õração, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos.** REVISTA USP, São Paulo, n.68, 2006.

**PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza (Coord.). O negro na universidade: o direito a inclusão.** Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

**SILVA**, Maria Aparecida. **Ações afirmativas para o povo negro no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; Abong, 2002.

**SILVÉRIO**, V. R. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa: Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2002.

**SOUZA**, Jessé. **Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira**, Revista Estudos Afro-Asiáticos, n. 38, dezembro de 2000.

**TELLES**, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará e Fundação Ford. Trad. Nadjeda Rodrigues Marques e Camila Olsen, 2003.

**VALENTE**, Ana Lúcia Eduardo Farah. **Ser negro no Brasil hoje**. Editora Moderna, 1994.

**VARGAS**, Hustana Maria. **Represando e distribuindo distinção: a barragem do ensino superior**: orientadora: Zaia Brandão. ó 2008.

\_\_\_\_\_ **Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo**, 2011. Apresentação de Trabalho/Congresso. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=B069536>. Acesso em: 23/6/2013.

## ANEXO

TABELA 1.	DADOS PESSOAIS DAS /OS ETUDANTES COTISTAS NEGRAS/OS DO CURSO DE PEDAGOGIA							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Sexo	F	F	F	F	F	M	M	F
Qual a sua idade?	19 anos	47 anos	19 anos	21 anos	39 anos	25 anos	24 anos	18 anos
Cor	Preta	Parda	Parda	Preto	Parda	Preta	Parda	Parda
Estado Civil	Casada	Casada	Solteira	Solteira	Casada	Solteiro	Solteiro	Casada
Tem filhos?	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não

**ESCOLARIDADE DAS /OS ETUDANTES COTISTAS NEGRAS/OS DO CURSO DE  
PEDAGOGIA E FAMILIARES**

TABELA 2.	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
	Estudou em escola pública?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Já possui alguma graduação?	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Quantas vezes tentou o vestibular?	1	2	1	2	2	2	1	1
Algum membro da família possui ensino superior?	Não	1	Não	1	Não	Não	1	Não
Qual a escolaridade dos seus pais?	Ensino Fund. e Médio	Ensino Fund. Incompleto	Ensino Médio e Médio	Ensino Fund.	Ensino Fund. incompleto	Ensino Fund.	Ensino Superior e Médio	Ensino Fund. e Médio
Fez cursinho preparatório para o vestibular?	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim

TABELA 3.	CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS /OS ETUDANTES COTISTAS NEGRAS/OS DO CURSO DE PEDAGOGIA							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Você trabalha?	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Qual a renda per capita da sua família?	Igual a 1 Salário-mínimo e meio	Igual a 1 Salário-mínimo e meio	Menos que 1 Salário-mínimo e meio	Menos de 1 Salário-mínimo e meio	Menos de 1 Salário-mínimo e meio	Menos de 1 Salário-mínimo e meio	Mais de 1 Salário-mínimo e meio	Menos de 1 Salário-mínimo e meio
Sua residência é própria ou alugada?	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria
Quantos cômodos têm a sua casa?	6	6	7	3	7	8	5	5
Quantas pessoas moram com você?	3	3	4	2	3	4	2	1

TABELA 4.	CONCEPÇÕES DAS /OS ETUDANTES COTISTAS NEGRAS/OS DO CURSO DE PEDAGOGIA SOBRE O VESTIBULAR							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Justo	x			x		x	x	x
Desigual		x	x		x			

TABELA 5.	JUSTIFICATIVA DOS COTISTAS SOBRE O VESTIBULAR SER CONSIDERADO JUSTO MESMO DIANTE DAS COTAS							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Justo	x			x		x	x	x
Desigual		x	x		x			
Dificultado pela educação básica	x		x		x	x		

TABELA 6.	RAZÕES DADAS PELOS COTISTAS QUE ACREDITAM QUE O VESTIBULAR É JUSTO							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Justo	x			x		x	x	x
Contempla todos				x		x		
Mede as capacidades		x		x			x	x
Dá oportunidade a maioria						x		

TABELA 7.	OPINIÕES DOS COTISTAS SOBRE O SIGNIFICADO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM SUAS VIDAS							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Benção de Deus		x						x
Oportunidade		x	x	x				
Sonho realizado			x		x		x	
Vida profissional	x					x		
Conhecimento		x				x		x
Obstáculos/ barreiras		x	x	x	x			

TABELA 8.	JUSTIFICATIVAS DOS COTISTAS SOBRE O VESTIBULAR SER DESIGUAL							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Desigual		x	x		x			
Elimina a maioria		x	x					
Dificultado pela educação básica	x		x		x	x		

TABELA 9.	CONCEPÇÕES DOS COTISTAS SOBRE AS COTAS SOCIAIS E RACIAIS							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Favorável às Cotas sociais	x	x	x	x	x		x	x
Contrário as Cotas raciais	x		x	x		x		x

TABELA 10.	JUSTIFICATIVAS DOS COTISTAS FAVORÁVEIS AS COTAS SOCIAIS							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Favorável às Cotas sociais	x	x	x	x	x		x	x
Ajuda aos menos favorecidos economicamente/ Dá oportunidade	x		x	x	x	x		x
Ajuste da Educação Básica/ Escola Pública	x			x	x			x
Reparo histórico aos negros							x	
Facilidade de ingresso		x	x			x		x
Duas chances de acesso				x				
Melhora a desigualdade				x				
Direito	x					x	x	

TABELA 11.	JUSTIFICATIVA DOS COTISTAS CONTRÁRIOS AS COTAS RACIAIS							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Contrário as Cotas raciais	x		x	x		x		x
Discriminatória/ injusta			x			x		

TABELA 12	AUTOCLASSIFICAÇÃO DOS SUJEITOS POR COR / ETNIA/ RAÇA							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Parda		x	x				x	x
Achar-se negro	x				x			
Ser negro				x				
Considerar-se negro						x		x

TABELA 13.	JUSTIFICATIVAS DOS ESTUDANTES PARA AS SUAS AUTOCLASSIFICAÇÕES							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Cor da pele	x		x	x	x	x		
Origem/ Etnia				x		x	x	
História/ trajetória								x
Conceitos sociais/ preconceitos		x			x			x

TABELA 14.	HÁ FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADES CONTRA OS COTISTAS NA UFPE?
------------	--

	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Há discriminação nas Cotas adotadas na UFPE	x	x	x	x	x	x	x	x
Há desigualdade na universidade	x	x	x	x			x	

TABELA 15.	JUSTIFICATIVAS DADAS PELOS ESTUDANTES PARA ENXERGAREM FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE CONTRA OS COTISTAS NA UFPE							
	CURSO / MANHÃ				CURSO / NOITE			
	A	M	K	R	E	F	T	J
Discordam da divulgação dos cotistas feita pela UFPE	x		x	x		x		
Não recebem auxílios permanência	x	x			x	x	x	x
Enfrentam dificuldades nos estudos propostos	x	x			x	x	x	x